


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0025460-23.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Excipiente: **Agro Pecuaria e Administradora de Bens Cidade Aracy e outro**  
 Excepto: **Prefeitura Municipal de São Carlos**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Embargos Infringentes interpostos pela **FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS** em face da sentença de fls. 66/71, alegando ser incabível a condenação de honorários advocatícios em “*exceção de pré-executividade*” e que em ações contra a Fazenda Pública é permitida a fixação de verba honorária em percentual inferior àquele mínimo (10%) previsto no §3º, do art. 20, do CPC, a teor do disposto no §4º do mesmo dispositivo processual.

A embargada reiterou sua ilegitimidade, bem como que é cabível a condenação da Fazenda Pública Municipal em honorários advocatícios na exceção de pré-executividade, que foram fixados por equidade.

**É o relatório.**
**FUNDAMENTO E DECIDO.**

Malgrado as fundamentações da Fazenda Pública Municipal, os presentes embargos não comportam provimento.

Conforme posição majoritária na doutrina e jurisprudência é perfeitamente legítima a fixação de honorários advocatícios em sede de exceção de pré-executividade na medida em que a parte foi obrigada a contratar advogado para exercer a defesa dos seus direitos.

Nesse sentido, a lição do Professor Humberto Theodoro



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Júnior:

**“Não passando a exceção de pré-executividade de um simples requerimento de conteúdo sujeito à apreciação *ex officio* pelo juiz, não há, em princípio, que se cogitar de imposição de honorários advocatícios sucumbenciais. A jurisprudência, seguindo posição assentada também na doutrina, entende, majoritariamente, que somente quando configurada a sucumbência do exequente a com o acolhimento da exceção, deve incidir a verba honorária, seja total ou parcial seu efeito extintivo da execução. Quando a exceção é rejeitada, e a execução prossegue em toda a sua dimensão, o entendimento dominante no STJ é de que descabe a condenação em honorários advocatícios”** (Curso de Direito Processual Civil, Volume II, Rio de Janeiro, Editora Forense, 42ª edição, 2008, pp. 462/463).

O Colendo Superior Tribunal de Justiça já decidiu que:

**PROCESSO CIVL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. EXECEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE.** Se configurada a sucumbência, deve incidir a verba honorária em hipótese de acolhimento parcial da exceção de pré-executividade, mesmo que não extinta a execução, porquanto exercitado o contraditório. **Precedentes. Agravo no recurso especial não provido** (AgRg no REsp 631478/MG, Rel. Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, julgado em 26/08/2004, p.240).

**PROCESSO CIVL. EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PROCEDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. ART. 20 DO CPC. PRECEDENTES DO STJ.** Havendo sucumbência, cabíveis honorários em exceção de pré-executividade. **Recurso especial conhecido e provido** (REsp 594.950/SP, Rel. Ministro César Asfor Rocha. Quarta Turma, julgado em 01/09/2005, DJ 19/12/2005, p.419).

É certo que, com base nos princípios da causalidade e da sucumbência, a parte vencida deve responder pelo pagamento das verbas acessórias.

Ademais, no caso em apreço, a execução fiscal foi extinta diante do reconhecimento da ilegitimidade passiva da embargada, nos termos do art.267, VI, do CPC.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

E, como a embargada necessitou se utilizar da exceção de pré-executividade para demonstrar sua ilegitimidade para figurar no pólo passivo da execução fiscal, juntando matrícula de fls.08 e, para tanto, teve que contratar defensor, sendo correta a condenação da Fazenda Pública Municipal ao pagamento dos honorários advocatícios.

Diante desses fundamentos, de rigor o desacolhimento dos embargos.

ANTE O EXPOSTO, desacolho os embargos infringentes interpostos.

P R I

São Carlos, 18 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**